

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS – UNEAL
CAMPUS III – PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

AMANDA MARIA ANTERO DA SILVA

**COADJUVANTES OU PROTAGONISTAS?
OS XUKURU-KARIRI COMO SUJEITOS ATIVOS DE SUA HISTÓRIA**

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

2016

AMANDA MARIA ANTERO DA SILVA

**COADJUVANTES OU PROTAGONISTAS?
OS XUKURU-KARIRI COMO SUJEITOS ATIVOS DE SUA HISTÓRIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL como requisito para conclusão de curso. Orientador: Prof. Ms. José Adelson Lopes Peixoto.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

2016

AMANDA MARIA ANTERO DA SILVA

**COADJUVANTES OU PROTAGONISTAS?
OS XUKURU-KARIRI COMO SUJEITOS ATIVOS DE SUA HISTÓRIA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. José Adelson Lopes Peixoto – Orientador

Profa. Esp. Deisiane da Silva Bezerra

Prof. Dr. Marcelo Góes Tavares

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

2016

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer o papel de pessoas e instituições que fizeram parte desse trabalho, é demonstrar através de poucas linhas o sentimento de gratidão por aqueles que humildemente me deram suporte emocional e físico diante das dificuldades enfrentadas e que compartilharam seus conhecimentos.

Assim sendo, agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionado discernimento e força para enfrentar todos os obstáculos que apareceram nesses quatro anos de graduação. Agradeço aos meus pais, luzes da minha vida, Luísa Antero e José Caetano por me educar, apoiar e incentivar; aos meus irmãos pela força e companheirismo, ao meu noivo Flávio Barbosa pela dedicação, carinho, viagens à Universidade e pela compreensão nos momentos em que estive ausente.

Sou imensamente grata ao meu Orientador José Adelson Lopes Peixoto pelas experiências partilhadas, paciência, incentivo e confiança depositada. A todos os membros do Grupo de Pesquisa em História dos Povos Indígenas de Alagoas – GPHIAL, do qual fiz parte, pelas discussões, orientações e pelos momentos de confraternização. A todos os professores do Curso de História que compartilharam seus conhecimentos e que estiveram sempre dispostos a tirar as minhas dúvidas. Agradeço também ao Povo Xukuru-Kariri que abriu as portas de sua Aldeia para que pudéssemos efetivar essa pesquisa.

Agradeço a Universidade Estadual de Alagoas pela bolsa de estágio e de monitor do Pré-Uneal que favoreceram o custeio básico dos meus estudos e o meu engrandecimento profissional e pessoal; a querida amiga Juliana Lemos, secretária do Campus III, pelas conversas, conselhos e risadas compartilhadas. Agradeço a todos os colegas de curso com ênfase em Maria Aparecida e Ana Maria que desde os primeiros dias de aula tornaram-se grandes companheiras, ouvindo meus anseios e receios e sempre me incentivaram a buscar a realização dos meus ideais. Agradeço enfim a banca examinadora e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão dessa etapa.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos Índios Xukuru-Kariri bem como a todos aqueles que resistem a uma política elitizada e lutam pelo reconhecimento de seus direitos e ao Grupo de Pesquisa em História Indígena – GPHIAL, por trazer discussões e abordagens historiográficas contribuindo para a construção de uma Nova História Indígena.

Nossos antepassados sempre lutaram por seus direitos, por suas terras e principalmente por sua liberdade, passamos mais de quinhentos anos escondidos sem mostrar nossa identidade e nossos costumes, estamos aqui para mostrar à sociedade que resistimos, não somos personagens, somos seres humanos iguais aos outros, somos nativos brasileiros, somos índios, somos fortes, somos capazes, somos eternos, somos XUKURU-KARIRI.

SARAPÓ WAKONÃ (XUKURU-KARIRI)

RESUMO

A historiografia disseminou durante muitos séculos uma visão preconceituosa e deturpada sobre a história dos povos indígenas, caracterizando-os como inferiores, incapazes e que caminhavam para o desaparecimento. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar o protagonismo e as formas de resistência ocorridas no processo de afirmação étnica dos Xukuru-Kariri habitantes na Aldeia Mata da Cafurna, no Município de Palmeira dos Índios, em Alagoas, no período de 1979 a 2016. O território que atualmente faz parte da citada Aldeia foi conquistado depois de um longo processo de retomadas territoriais iniciadas em 1979, a partir de mobilizações dos indígenas que necessitavam do espaço para realizar seus rituais, a agricultura e a pecuária. Propõe-se discutir o papel das mobilizações e o movimento dos indígenas enquanto agentes de sua história, a fim de descaracterizar a ótica estereotipada sobre o índio. A pesquisa foi realizada a partir de fontes documentais, tais como o Jornal Tribuna do Sertão que pode ser encontrado na forma eletrônica e impresso, blogs e sites que são administrados pelos próprios indígenas e os discursos pronunciados pelas lideranças indígenas em conferências e palestras, bem como os relatórios antropológicos de Douglas Carrara (2002) e Siglia Zambrotti Doria (2008); terá como pressupostos teóricos os estudos de Edson Silva (1995), Adelson Lopes (2013), John Monteiro (2001), Silva Júnior (2013), Haesbaert (2007) e no campo das reflexões sobre as memórias/História Oral, as discussões de Meihy (2013).

PALAVRAS-CHAVE: Índio. Protagonismo. Reivindicações.

LISTA DE SIGLAS

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GPHIAL – Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas

GT – Grupo Técnico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PETI – Projeto Estudo Sobre Terras Indígenas no Brasil

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01: Mapa do Município de Palmeira dos Índios.....	17
IMAGEM 02: Mapa da Delimitação das Terras Indígenas.....	29
IMAGEM 03: Página do Grupo Amigos Xukuru-Kariri.....	39
IMAGEM 04: Site Índios Online.....	40
IMAGEM 05: Site Índio Educa.....	40
IMAGEM 06: Site do Projeto Cultural Cara de Índio.....	42
IMAGEM 07: Panfleto do Movimento Indígena – Verso.....	44
IMAGEM 08: Panfleto do Movimento Indígena – Frente.....	44

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO I: ÍNDIOS XUKURU-KARIRI: entre a imagem ‘cristalizada’ e o contexto histórico	14
1.1 Breve histórico sobre os Xukuru-Kariri e Palmeira dos Índios.....	17
1.2 O fim dos aldeamentos e a perda do território Xukuru-Kariri.....	19
1.3 Dispersão e Silenciamento Indígena.....	21
CAPITULO II: RETOMADAS TERRITORIAIS: a difícil volta à visibilidade	24
2.1 Demarcação: necessidade, conflitos e morosidade.....	27
2.2 O sentido da Terra para os Xukuru-Kariri.....	31
CAPITULO III: LEVANTEM AS CORTINAS! OS XUKURU-KARIRI EM CENA...	35
3.1 A internet como instrumento de propagação da causa.....	37
3.2 Mobilização, reivindicação e reescrita da cena.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história dos povos indígenas segue uma linha de percepção que abrange uma visão do outro a partir de nossos pré-conceitos e pré-juízos; o ser humano tem o costume de qualificar as pessoas, julgando a cultura e sua índole a partir da sua própria interpretação de mundo, enquadrando o índio em uma concepção edenizada, romantizada e inferiorizada, que partiu inicialmente dos europeus, com a colonização e acabou se perpetuando até a atualidade.

Seguindo essa mesma premissa alguns historiadores compactuaram com tal concepção e disseminaram um olhar preconceituoso e deturpado da imagem do índio, que passou a ser visto como o ‘coitadinho’ que precisava da tutela do Estado, pois não seria capaz de se autoconduzir e por ser tão inocente e passivo diante do impacto da colonização estava em tendência de desaparecimento.

Com o objetivo de discutir essas concepções, esta monografia traz uma concepção sobre o protagonismo dos Xukuru-Kariri da Aldeia Mata da Cafurna no Município de Palmeira dos Índios, a partir de uma abordagem que descaracterize a ideia da incapacidade indígena, rompendo assim com antigos preconceitos e desse modo evidencia a atuação dos citados indígenas na construção de uma História em que não estão na condição de supostos expectadores, mas de sujeitos ativos.

Estudar essa temática não é tarefa das mais fáceis, principalmente pelas inúmeras negações que se apresentam nos discursos tanto oficiais quanto do senso comum na cidade, além da invisibilidade imposta pela historiografia, o que dificulta uma abrangência mais nítida do papel sociopolítico dos indígenas Xukuru-Kariri.

A pesquisa busca demonstrar e discutir as formas de articulação dos Xukuru-Kariri, diante das diversas maneiras de discriminação, ameaças e violências emocionais e físicas, além das espoliações territoriais, embora os indígenas tenham se mobilizado e empenhado em ações de reconhecimento étnico e de retomadas territoriais.

Discorrer sobre os Xukuru-Kariri é, portanto, evidenciar por meio de relatos orais, vozes que ao longo de sua história foram silenciadas e buscaram em instituições e em seus representantes o papel de intermediadores de suas reivindicações. São falas e pronunciamentos realizados em palestras e conferências, nos quais lideranças que estiveram mobilizados e a frente desses movimentos expõem suas experiências e conhecimentos possibilitando uma maior interação desse povo com a sociedade envolvente. Em contraponto, serão utilizados discursos dos posseiros e líderes políticos sobre a Demarcação de Terras que estão disponíveis na internet. Assim sendo, fez-se necessário o uso de informações dispostas

em blogs, sites e redes sociais onde existem apontamentos sobre o processo demarcatório, reivindicações e desempenhos tanto dos índios quanto dos latifundiários.

Para a realização dessa pesquisa sobre o protagonismo e a atuação dos Xukuru-Kariri por meio dos movimentos indígenas, foi necessário partir de um levantamento bibliográfico com um enfoque sobre a história especificamente dos Xukuru-Kariri como o livro de Ana Cristina de Lima Moreira, José Adelson Lopes Peixoto e Tiago Barbosa da Silva, intitulado *Mata da Cafurna: ouvir memória, contar História, Tradição e cultura do povo Xucuru-Kariri* (2010); que traz um apanhado geral sobre a localização, cultura e costumes dos Xukuru-Kariri.

A Dissertação de Maria Ester Ferreira Silva, *A (des) territorialização do povo Xucuru-Kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios-Alagoas* (2004); discute a questão da desterritorialização dos Xukuru-Kariri e o processo de retomadas territoriais, abordando o valor não econômico, mas simbólico adotado pelos índios para definirem a terra. O livro *Aldeando sentidos: os Xukuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano* de Aldemir Barros (2013) traz uma abordagem sobre a ação indigenista do Serviço de Proteção ao Índio – SPI que favoreceu o processo de aldeamento dos Xukuru-Kariri na Fazenda Canto.

Buscamos também ancoragem nas produções mais recentes como artigos, monografias, dissertações, teses e revistas eletrônicas ou impressas sobre a temática indígena, a exemplo de pesquisas dos próprios indígenas como o texto ““Histórias e Culturas Indígenas”- alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: de qual história e cultura indígena estamos mesmo falando?” (2015), elaborado por Casé Angatu Tupinambá que se autodeclara índio Xukuru-Tupinambá, é professor universitário e relatou de acordo com sua própria interpretação de mundo as suas vivências, sua atuação sociopolítica e suas reivindicações.

Os laudos antropológicos elaborados por Douglas Carrara e Siglia Zambrotti Dória respectivamente em 2002 e 2008 contém especificações sobre o espaço a ser delimitado para a demarcação, o que conseqüentemente é o principal motivo para as reivindicações dos Xukuru-Kariri, também foram tomados como base para a elaboração dessa monografia.

Foram utilizados ainda, notícias, reportagens e textos publicados em jornais como *Tribuna do Sertão*, que podem ser encontrados na forma eletrônica ou impressa, informações sobre as mobilizações indígenas bem como da atuação da oligarquia municipal que procura negar os indígenas, seus direitos e reivindicações.

Esta monografia está dividida em três capítulos, o primeiro intitulado como **ÍNDIOS XUKURU-KARIRI**: entre a imagem ‘cristalizada’ e o contexto histórico, traz uma abordagem que caracteriza o município de Palmeira dos Índios, ao mesmo tempo em que discute o período em que os índios foram expropriados de seus territórios com a chegada de famílias não indígenas, e com a implantação de leis imperiais, se dispersaram tanto na cidade quanto na área rural e silenciaram a sua cultura como forma de resistência e de manutenção, já que na atualidade os Xukuru-Kariri voltaram à visibilidade, ressurgindo e se reafirmando etnicamente.

O segundo capítulo, denominado de **RETOMADAS TERRITORIAIS**: a difícil volta à visibilidade, apresenta as mobilizações indígenas no processo de retomadas territoriais, discutindo também os movimentos pretenciosos e contrários aos índios, na maioria a oligarquia que busca o impedimento da Demarcação de Terras no Município, disseminando através das mídias locais uma imagem negativa, contraditória e precipitada desse processo.

O terceiro e último capítulo **LEVANTEM AS CORTINAS! OS XUKURU-KARIRI EM CENA** trata dos movimentos indígenas e de um conjunto de estratégias e ações que são elaboradas pelos Xukuru-Kariri para reivindicar seus direitos e disseminar sua História, bem como aborda o uso da internet como fonte de divulgação das mobilizações, expondo a outra face da moeda. E, juntamente com essa discussão, busca-se favorecer a ampliação do olhar sobre a história indígena ao tempo em que questiona as omissões sobre os Xukuru-Kariri e sua efetiva participação na história de Palmeira dos Índios.

CAPÍTULO I

ÍNDIOS XUKURU-KARIRI: entre a imagem ‘cristalizada’ e o contexto histórico

A historiografia brasileira do século XIX propagou a visão do índio como um ser inocente, bestial, ‘coitadinho’, sem história e que caminhava para o seu desaparecimento; na concepção de Varnhagem¹ apud Monteiro (2003, p.126), por exemplo, “o índio não teria história: apenas etnografia”, por não conhecer a escrita, era considerado sem História. Von Martius (1956, p.144) também compartilhou desse olhar pessimista sobre as populações indígenas afirmando que “o atual indígena brasileiro, não é senão um resíduo de uma muito antiga, posto que perdida, história” e nesse contexto percebemos que o olhar lançado ao povo indígena era de que ele era a fase primitiva da evolução do homem americano, do passado e que não deveria ser lembrado ou discutido.

A abordagem sobre os indígenas era feita por meio da percepção do colonizador, e não através do colonizado, pois a “existência do colonizador reclama e impõe uma imagem do colonizado” (MEMMI, 1967, p. 77), imagem essa deturpada, excludente e negadora do índio. É necessário destacar que,

a mais grave carência sofrida pelo colonizado é a de estar colocado fora da história e fora da cidade. A colonização lhes veda toda participação tanto na guerra quanto na paz, toda decisão que contribui para o destino do mundo e para o seu próprio, toda responsabilidade histórica e social (MEMMI, 1967, p. 86-87).

Consagrou-se uma percepção sobre os indígenas com base na imagem preconceituosa e europeizada, ideia que se perpetuou durante anos, uma vez que o índio no Nordeste não possui mais as características físicas dos seus antepassados. Segundo John Monteiro

Investem numa imagem cristalizada – fossilizada, diriam outros – dos índios, seja como habitantes de um passado longínquo ou de uma floresta distante. A esfera da sociabilidade nativa é aquela que está totalmente externa à esfera colonial, em parte porque o recurso do “presente etnográfico” frequentemente isola a sociedade indígena no tempo e no espaço, mas também porque nas percepções marcadas pela perspectiva da aculturação, os índios assimilados ou integrados à sociedade que os envolve seriam, de alguma maneira, “menos índios”. (MONTEIRO, 2001, p.138)

O colonizador expõe através de seus relatos uma abordagem que exclui o indígena da construção de sua história, torna-o nulo e neutro na sociedade que estava inserido e, no

¹ Em suas obras, tendo como destaque a História Geral do Brasil, Varnhagen enalteceu o processo colonizatório europeu no território brasileiro e disseminou uma imagem do índio a partir da visão do colonizador.

entanto, a presença do índio na região favoreceu o processo de colonização e contribuiu culturalmente na formação do Brasil.

Vale ressaltar que o índio sempre foi tido como o incapaz que necessitava da tutela do Estado para guiá-los nas suas decisões, outro ponto é que os indígenas foram tão prejudicados com o impacto da colonização que estudiosos dissipavam a tese de que eles seriam extintos ou assimilados ao contexto nacional, a história dos povos indígenas estaria fadada a um processo que se daria em forma linear como demonstrado no esquema abaixo.



De início perderiam a sua cultura, gradativamente, enquanto adquiriam a cultura do não índio, o que provocava a anulação das suas próprias características, em seguida seriam integrados ao contexto nacional e por fim desapareceriam completamente. Entretanto o que se percebe hoje é um avanço das populações indígenas que reivindicam seus direitos e assumem uma posição de protagonistas de sua história.

A partir da década de 1970, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que surgiu a denominada “Nova História Indígena”, momento onde o índio vai tomando espaço na escrita da história, embora de forma lenta e gradual, pois ainda permanecia uma postura preconceituosa sobre as suas populações, necessitando assim de uma nova abordagem e uma reavaliação sobre a história desses povos,

Nesta grande reavaliação das sociedades indígenas e das políticas indigenistas, a historiografia tem — e terá — um papel fundamental, decisivo até. Pois cabe aos historiadores, através de uma revisão séria das abordagens vigentes — que relegam os índios a um papel fugaz e mal-explicado no início da colonização, que reservam aos mesmos índios um enquadramento etnográfico e não histórico ou, ainda, que reduzem-nos a meras vítimas do inexorável processo da expansão européia —, não apenas resgatar mais esses “esquecidos” da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa — fracassada — de erradicar os índios. (MONTEIRO, 1995, p.227)

O papel do índio na história passa a ser reivindicado através de seus próprios movimentos e vai tomando espaço a partir de três pontos essenciais, primeiro, a população indígena, em contínuo declínio desde a primeira metade do século XVI, tem-se estabilizado, mostrando até uma tendência de aumento. Segundo, o movimento em prol dos direitos

históricos dos índios tem avançado muito. O terceiro elemento ambienta-se mais especificamente no meio acadêmico, onde alguns estudantes passam a pesquisar a história indígena trazendo novas abordagens e novas perspectivas sobre essa área. (MONTEIRO, 1995).

A escola dos Annales² também contribuiu de forma essencial para se perceber o papel do índio na sociedade, pois até então apenas a elite, os grandes heróis e os grandes feitos eram retratados na História Universal e oficial, enquanto que os outros agentes da história ficavam à margem da sociedade sendo invisíveis no contexto histórico que faziam parte.

Esse protagonismo indígena só pode ser percebido a partir de suas próprias experiências e lembranças que são transmitidas pela narrativa, é necessário compreender que nem sempre os relatos indígenas são tomados como fontes, pois o índio é tido como incapaz; tomando algumas indagações de Casé Angatu Tupinambá que se autodeclara índio Xukuru-Tupinambá, descendente dos Xukuru de Palmeira dos Índios e professor universitário na Bahia.

Será que as narrativas indígenas são consideradas na produção do conhecimento historiográfico sobre esses povos? Será que permanece e/ou predomina a constante unilateralidade das perspectivas teóricas e metodológicas que não consideram as diferenciadas vivências indígenas ao longo da história? (SANTOS, 2015, p. 183-184)

Devemos levar em conta as próprias vivências dos povos indígenas e à oralidade serve como um meio de transmissão das experiências individuais e coletivas do grupo, segundo Meihy e Holanda a “História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva.” (MEIHY, HOLANDA, 2013, p.17)

Por meio das narrativas os Xukuru-Kariri são apresentados nessa pesquisa, pois não podemos discutir o protagonismo indígena na construção de sua História sem levar em questão a atuação direta dos índios no processo de reconquista de seus territórios, da elaboração de organizações e movimentos a fim de assegurar seus direitos.

² A escola dos Annales teve como principais membros Bloch e Febvre e foi um movimento de renovação na historiografia francesa que disseminou suas ideias para outras regiões, tinha como base o que chamamos de Nova História, ou seja, uma História voltada para todas as atividades humanas e todas as classes sociais e não mais preocupada com os grandes acontecimentos e heróis.

1.1 Breve histórico sobre os Xukuru-Kariri e Palmeira dos Índios

Palmeira dos Índios é um município do interior que carrega em seu contexto histórico a presença indígena desde sua formação, mas essa presença é negada e até contestada por parte da população e dos políticos da região. Essa negação parte das teses disseminadas na cidade, principalmente pelos meios de comunicação, sobre a índole dos indígenas que são caracterizados como preguiçosos, interesseiros, arruaceiros e bandidos. Sobre esse processo, Melatti diz que “quando duas populações estão em presença uma da outra, cada uma procura interpretar, julgar, os costumes e tradições da outra. Nem sempre tal interpretação ou julgamento se faz de boa-fé.” (MELATTI, 1980, p.193)

O mapa a seguir apresenta em destaque azul a localidade do Município de Palmeira dos Índios que está distante aproximadamente 140 km da capital Maceió, na mesorregião do agreste de Alagoas. O Município apresenta uma população estimada de 73.878 habitantes de acordo com os dados do IBGE (2015).

IMAGEM 01: Mapa da localização do Município de Palmeira dos Índios



Fonte: Alagoas em dados e Informações <http://dados.al.gov.br>

O Município possui uma população indígena estimada em 2900 índios, segundo os dados da Fundação Nacional de Saúde FUNASA/2010 disponíveis no site Povos Indígenas no Brasil distribuídos em sete aldeias reconhecidas, Fazenda Canto, Serra do Amaro, Coité,

Boqueirão, Capela, Cafurna de Baixo, Mata da Cafurna, e uma aldeia que ainda não foi reconhecida pelos seus pares denominada de Monte Alegre, atualmente duas foram retomadas a de Riacho Fundo e Jarra.

Atualmente a aldeia Mata da Cafurna, lócus dessa pesquisa, possui uma área de 275,6 ha de terra que foi adquirida pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio depois de um longo processo de retomadas, situando-se a seis quilômetros da sede da cidade (PEIXOTO, 2013) e abriga aproximadamente 120 famílias de acordo com os relatos dos próprios índios da referida área. Entender a formação da aldeia indígena Mata da Cafurna é perceber a atuação dos Xukuru-Kariri em toda construção de sua História, desde a espoliação de suas terras até o processo de retomadas territoriais³.

O protagonismo indígena pode ser entendido a partir da forma como esses grupos se organizaram no passado e iniciaram o processo de estabelecimento em Palmeira dos Índios. Oriundos de regiões diferentes, tomaram à frente do seu destino quando fugiram da expansão colonial. Os Kariri, descendentes dos Cariri da aldeia de Porto Real do Colégio, próximos do rio São Francisco na divisa de Sergipe com Alagoas e os Xukuru do Agreste de Pernambuco, atual município de Pesqueira e Poção chegaram a essas terras estabelecendo relações afetivas e sociais e posteriormente se firmando com um só grupo, os Xukuru-Kariri. Essa unificação pode ser assinalada como uma das estratégias de sobrevivência, mesmo que a história tenha silenciado quanto a isso. Essas fugas são denominadas a partir da visão de Arruti como,

viagens de fugas, verdadeiras transferências demográficas, mas muitas vezes reversíveis, através das quais grupos de famílias transferiam seu local de morada por tempo indeterminado, como recurso à perseguição, ao faccionalismo, às secas ou à escassez de terras de trabalho” (ARRUTI, 1996, p. 53)

Foram com essas viagens de fugas que surgiu a “comunidade ritual” que se caracteriza com a união de grupos, os Xukuru e os Kariri no caso de Palmeira dos Índios, a partir de laços de parentesco e laços de afinidade o que estimula trocas de informações e culturas, uma vez que os povos indígenas não possuem uma homogeneidade cultural (ARRUTI, 1996).

As fugas protagonizadas por eles podem ser caracterizadas como a primeira forma de resistência aplicada pelos indígenas, no entanto Arruti afirma que “a ambiguidade das fugas neste contexto está no fato delas traçarem um trajeto que não parte em linha reta dos

³ Retomadas territoriais são as ações por recuperação de territórios que foram tradicionalmente ocupados por indígenas e que na atualidade estão sob a posse de não índios. Ver ALARCON, Daniela Fernandes. **A Forma Retomada:** contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso tupinambá da Serra do Padeiro. RURIS | VOLUME 7, NÚMERO 1 | MARÇO 2013.

aldeamentos para o espaço selvagem, mas que desenha um ou vários circuitos de trocas de homens e informações (fatural e cultural) entre os aldeamentos” (ARRUTI, 1996, p.23) e muitas das vezes essas fugas estavam ligadas ao sentimento familiar uma vez que os aldeamentos separavam os membros das famílias que posteriormente buscavam agrupá-las novamente.

Após a unificação das duas etnias Xukuru e Kariri e a contínua expansão das ações civilizatórias⁴, em 1770 chegou a Palmeira dos Índios Frei Domingues de São José que tinha como objetivo catequizar os índios e seguindo essa premissa recebeu, de Maria Gonçalves, um lote de terra para a construção da capela em glorificação ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte. A instituição do padre e a construção da capela favoreceram o início do povoamento da região, os não índios que começavam a se instalar no território ergueram cercas onde as terras eram mais férteis, enquanto que o índio se tornava cada vez mais sacrificado e empurrado para a região serrana e para regiões onde a terra era imprópria para o cultivo. Essa perda territorial se efetiva mais concretamente quando houve a criação da lei de terras de 1850 e a declaração do fim dos aldeamentos em 1872.

1.2 O fim dos aldeamentos e a perda do território Xukuru-Kariri

A história dos Xukuru-Kariri é marcada por inúmeras violências físicas e psicológicas uma vez que sofreram com o processo de catequização, com as práticas repressivas aplicadas pelos não índios e as ameaças que fazem da aldeia morada do medo, mas também morada de guerreiros que enfrentam com perspicácia as investidas dos não índios. Outro problema enfrentado é a expropriação de suas terras causada pela ambição do Estado e dos grandes latifundiários detentores do poder na região.

Esse processo de perda territorial vem desde o Império, após a promulgação da Lei de Terras de 1850 e a sua efetiva regulamentação em 1854, que segundo o Art. 1º “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”, ou seja, essa lei impedia a concessão de terras e determinava que o acesso a elas apenas se desse através da compra e venda, concentrando nas mãos de uma minoria a posse de uma infinidade de terras deixando a margem não apenas os índios, mas os pequenos produtores e os negros.

⁴ Tanto para a igreja, quanto para os colonizadores os índios eram tidos como primitivos por seguirem uma cultura que divergia da europeia, eram caracterizados com a ausência de lei, rei e fé e por isso deveriam ser educados para assim se enquadrar no perfil determinado pela coroa e pela igreja. Essas ações civilizatórias causaram um grande impacto para a cultura indígena, pois esses povos foram obrigados a seguir uma ideologia divergente, não levaram em consideração as próprias percepções e aspectos culturais dos indígenas; o objetivo era fazer desaparecer o índio e assim fazer surgir um novo ser homogêneo com base nos aspectos europeus.

A Lei de Terras também contribuía para que houvesse um excedente de mão de obra, favorecendo assim as fazendas que começavam a apresentar escassez de trabalhadores motivados pelo fim do tráfico negreiro e a ameaça da abolição da escravidão que havia se consolidado na Inglaterra e esta vinha pressionando o Brasil.

Ao mesmo tempo, o Art. 12º, dessa mesma Lei, afirma que “o Governo reservará das terras devolutas, as que julgarem necessárias, para a colonização dos indígenas”, essas terras eram insuficientes e visavam apenas os índios ‘selvagens’, aqueles que estivessem dispersos ou apresentando características da população civilizada perderiam o usufruto da terra; muitas das vezes esses aldeamentos eram aglomerações de índios para assim favorecer a sobra de território nas mãos do Estado.

Em 1872, o presidente da Província pôs fim aos aldeamentos indígenas e tornou as terras devolutas⁵, como os indígenas não possuíam documentos de compra e venda da terra perderam-na para o Estado; a terra passou então a ter um sentido capitalista, vista como propriedade e mercadoria, concepção contrária a que é defendida pelos indígenas que percebem a terra como sua própria vida.

Com a extinção dos aldeamentos os índios foram integrados ao contexto nacional e seus territórios passaram para o poder estatal. Cinco anos mais tarde foi proclamada uma nova Lei com o objetivo de complementar a anterior.

Outra Lei, de nº 3.348, de 20/10/1887, passou para os municípios os foros dos terrenos das extintas aldeias de índios. Estes perderam o pleno direito a essas terras, garantindo apenas o reconhecimento de alguns lotes. As terras dessas aldeias extintas, assim como as terras devolutas nas Províncias passaram, com a Constituição republicana de 1891, à alçada dos estados, de cujos governos os índios dependeram a partir de então para garantir sua sobrevivência nos territórios ancestrais. (OLIVEIRA, FREIRE, 2006, p.75)

Os índios passam a sofrer com a desapropriação territorial e por não apresentarem mais as características dos nativos, não eram considerados “índios de verdade”, essas terras ficam sob a posse do município que distribuiu esse território para a elite oligárquica de Palmeira dos Índios e dessa forma o conflito é pela posse da terra.

O processo de extinção dos aldeamentos teve como resultado mais imediato a proletarização dos índios, pois, uma vez desprovidos da propriedade da terra, foram forçados a migrar para as cidades a fim de vender sua força de trabalho, engrossando o contingente de

⁵ O termo terras devolutas está ligado à concepção de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado, as quais não fazem parte de patrimônio particular.

mão de obra urbana disponível; tal processo foi denominado por Silva Júnior (2013) como “proletarização étnica”.

É da razão do sistema capitalista desapropriar todo meio de produção. Ao se desapropriar da terra, o índio perde o ponto central de sustentação material. Para sobreviver, o índio teve de lidar com os interesses do capital e ser transformado em reserva de mão-de-obra. Esta é uma das formas, preferencialmente, a partir da qual dá-se a continuidade da sociedade indígena em confronto com o capital; ou seja, ele estará como trabalhador e despossuído de terra. (SILVA apud SILVA JUNIOR, 2013, p. 37)

Através desse processo de expropriação territorial por meio da Lei de Terras e a extinção dos aldeamentos, os Xukuru-Kariri iniciaram um processo de silenciamento e dispersão, pois ao necessitarem de trabalho tiveram que se direcionar para a cidade e por não apresentarem as mesmas características físicas dos seus antepassados acabaram passando despercebidos pela sociedade envolvente. Essa ideia de proletarização étnica prevalece, pois boa parte dos Xukuru-Kariri exerce trabalhos no município como pedreiro, eletricista, pintor para suprir as necessidades diárias que não são preenchidas com a agricultura.

1.3 Dispersão e Silenciamento Indígena

É a partir desse período de desapropriação territorial que o índio passa a silenciar a sua história e a negar sua identidade étnica, pois nesse momento quem se afirmasse como índio estava fadado a sofrer represálias; diante disso os indígenas passam a se camuflar e a se dispersar na sociedade envolvente tanto em busca de emprego, quanto como forma de prevenção contra os avanços dos latifundiários.

Essa dispersão ao mesmo tempo em que favoreceu a permanência do povo na região, também prejudicou, pois os Xukuru-Kariri passaram a ser considerados como extintos, uma vez que não mais se percebia a presença desse povo, principalmente por não apresentar características físicas que os definissem como índios, outro ponto a ser levantado é que uma vez dispersos, o contato entre grupos/famílias se tornava mais difícil desestabilizando as organizações, sem, no entanto, impedir suas reivindicações.

Juntamente com esse processo de dispersão, os indígenas iniciaram um período de silenciamento, ou seja, os Xukuru-Kariri não tinham mais para onde fugir, uma vez que a colonização tinha se expandido por quase a totalidade do Nordeste. E, precisaram emudecer; calaram-se para evitar que suas expressões socioculturais fossem denunciadas, perseguidas

por meio das imposições e com o processo de integração forçada. Assim, os indígenas tiveram que ressignificar suas expressões socioculturais.

Os Xukuru-Kariri ficaram invisíveis. Contudo, devemos destacar que essa invisibilidade foi produzida de duas maneiras: a primeira estava relacionada a uma invisibilidade imposta pelo outro, a partir da negação e da afirmação da extinção dos povos indígenas, nesse caso, até pela Historiografia. A segunda, uma invisibilidade produzida pelos próprios índios como forma de resistência, ou seja, tornaram sua cultura invisível para poder sobreviver em meio a um ambiente hostil, a partir disso, socializaram suas memórias e ressignificaram práticas e costumes.

Seguindo essa premissa da estratégia da invisibilidade como uma forma de resistência, percebemos que o conceito de resistência não pode ser aplicado apenas para definir resistência direta, a partir de conflitos bélicos. Essa mudança na percepção sobre a resistência indígena, enquanto estratégia para além do confronto armado, tem um importante espaço nos estudos do historiador Edson Silva, que analisou a razão dessa nova abordagem, afirmando que,

Nesse sentido, foi ampliada a concepção do próprio conceito de resistência, até então vigente, enquanto confronto conflitos bélicos, guerras com fins trágicos a morte de milhares de indígenas, para uma concepção mais ampla de relações culturais diferenciadas em um contexto de dominação e violências culturais: a resistência cultural do cotidiano, através de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta totalidade, hegemonia da dominação colonial. (SILVA, 2003, p.40)

A resistência, portanto, pode ser entendida como um ato diário, realizado a partir de mecanismos elaborados em meio à sociedade envolvente, em vista de uma situação de exploração e imposição cultural. Entretanto, a partir de sua própria percepção de mundo, os Xukuru-Kariri passaram a se articular para reivindicar por direitos que lhes eram negados, rompendo com a supremacia política e social da oligarquia palmeirense invasora de terras indígenas, que realizava ações contra a efetivação de direitos dos índios na região.

Silva Júnior (2010) destaca o período de invisibilidade indígena e descreve a ressignificação do Toré que, por conta de perseguições e proibições do não índio, foi deixando de ser executado em espaços abertos ao público e passou a ocupar os fundos das residências na periferia de Palmeira dos Índios. Essa atitude foi seguida da substituição do maracá pela caixa de fósforos como estratégia para evitar que o som denunciasse a prática. Com isso, a cultura foi preservada e a invisibilidade passou a ser a opção para assegurar a

sobrevivência do grupo que se fortaleceu para posteriormente voltar à visibilidade e a reivindicar seus direitos.

O toré em surdina ilustra uma das formas da estratégia da invisibilidade. As práticas ritualísticas, dentre outros elementos, estruturam esta estratégia; mesmo em surdina, ele constituía importante componente na definição étnica para os índios e, inclusive, para os brancos que tentavam reprimi-lo. (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 55-56)

O Toré, principal característica da identidade étnica dos indígenas na região, era visto com maus olhos pela sociedade envolvente e era reprimido através de inúmeras violências, pois “o objetivo para o branco era coibir o fortalecimento étnico, ou mesmo a existência de elementos que possibilitassem a comprovação da presença do grupo indígena” (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 56).

A manutenção de aspectos da cultura favoreceu o processo de ressurgência⁶ e de sua reafirmação étnica, pois o próprio índio passou a se autoafirmar e a reivindicar seus direitos tanto junto aos órgãos defensores como o Serviço de Proteção ao Índio – SPI e posteriormente a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como também elaboraram organizações e movimentos em busca pelo reconhecimento, pelas retomadas territoriais e o fim das violências aplicadas contra eles.

⁶ A ideia de ressurgimento pode ser entendida a partir da definição de ressurgir, segundo o Minidicionário Aurélio ressurgir significa tornar a surgir, reaparecer, voltar a existir ou a viver.

CAPITULO II

RETOMADAS TERRITORIAIS: a difícil volta à visibilidade

Durante um longo período o índio passou por momentos de negações étnicas que contribuíram para a sua ressurgência em meados do século XX, ao manterem sua cultura invisível por algum tempo os Xukuru-Kariri conseguiram preservá-la para na posterioridade reivindicar seus direitos como indígenas, voltando assim a se tornar visíveis. Essa volta à visibilidade pode ser entendida partindo da concepção de Foucault,

Tornar visível o que não é visto pode também significar uma mudança de nível, dirigindo-se a uma camada material que, até então, não tinha tido pertinência alguma para a história e que não havia sido reconhecida como tendo qualquer valor moral, estético ou histórico (FOUCAULT apud SPIVAK, 2010, p.51).

Em alguns momentos para se tornar visíveis, os índios tiveram que enfrentar a negação da sociedade em ouvi-los e necessitaram recorrer a terceiros⁷ para que falassem por eles, tanto ligados ao Estado (SPI e FUNAI) quanto a Igreja (Padre Alfredo Dâmaso⁸, por exemplo), favorecendo as mobilizações pelo reconhecimento. Além disso, para voltar à visibilidade os indígenas precisaram se autoafirmar e ainda serem identificados como índios, os povos do Nordeste apresentavam uma grande dificuldade, pois sofreram em grande escala com o impacto da colonização e dessa maneira ressignificaram a sua cultura e não eram considerados índios por suas características não serem mais puras.

A criação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio, em 1910 favoreceu, em partes⁹, o aldeamento dos índios tanto em Palmeira dos Índios quanto em outras regiões do Nordeste. Foi através do SPI que os Xukuru-Kariri passaram a ser reconhecidos na década de 1940 como índios, pois desde 1872 eram considerados extintos, ao mesmo tempo iniciou-se um processo de organizações com a finalidade de retomarem seu território.

Essas articulações nos mostram que antes mesmo do SPI procurar os índios para auxiliá-los, estes já viajavam quilômetros reivindicando a proteção do Estado. Arruti afirma

⁷ Recorrer a terceiros não significa que os índios eram incapazes de falarem por si só, mas como forma de facilitar a interação e comunicação, uma vez que os índios não eram ouvidos.

⁸ Padre Alfredo Pinto Dâmaso, nasceu em Alagoas e foi seminarista em Pernambuco, durante sua vida sacerdotal agiu, através das pastorais, em defesa do reconhecimento étnico e dos direitos indígenas, ele era um interlocutor das reivindicações territoriais e educacionais, servindo-se de ponte para a legalização e a disseminação das opiniões e críticas dos povos indígenas.

⁹ O SPI – Serviço de Proteção ao Índio possuía suas ambiguidades, ao mesmo tempo em que defendia a proteção dos índios e lhes davam possibilidades de uma vida digna, havia também o interesse de torná-los excedente de mão de obra, outro ponto a se destacar é o interesse do Estado em manter os índios sob os seus interesses e assim evitar os embates entre os mesmos.

que “o SPI antes de procurar estava sendo procurado, antes de convencer, tinha que ser convencido, antes de utilizar mediadores eram alcançados por eles, que serviam de “portavozes” dos “remanescentes””. (ARRUTI, 1996, p.58)

Os indígenas não esperavam que o SPI viesse até eles, organizavam-se através de grupos e lideranças que faziam longas viagens a fim de intercambiar as reclamações para reaver diante das autoridades seus direitos a terra, educação e saúde de qualidade com o objetivo de tirá-los das condições precárias em que estavam inseridos. Essas lideranças foram denominadas “lideranças peregrinas” por “assumirem um papel político ainda mais largo do que aquele que já desempenhavam como representante de sua comunidade. Além de realizarem o trânsito de informações sobre os direitos entre os centros de autoridade e seu grupo [...]” (ARRUTI, 1996, p. 60).

A primeira conquista dos Xukuru-Kariri junto ao SPI foi à obtenção do território que compreende hoje a Fazenda Canto, adquirida em 1952 através de uma negociação entre o SPI e o senhor Juca Sampaio, na época prefeito da cidade, com o valor de aproximadamente 500.000\$00 (quinhentos mil cruzeiros), a terra em negociação possuía uma área de 372 ha, no entanto após nova medição a área apresentou dimensões diferentes como ressalta a Antropóloga Silvia Martins,

No documento produzido pela FUNAI, *Planta de Demarcação da AI Fazenda Canto* datada em 1982, consta que a dimensão da Fazenda Canto é de aproximadamente 277 ha. Não há esclarecimento sobre a diferença que reduz em quase 100 ha aquela área adquirida em 1952 pelo SPI (confirmada pela FUNAI em 1974, registrada em Cartório de Imóveis) e a que foi reconhecida pela FUNAI em 1982. Os índios não mencionam informações sobre diminuição de terra da Fazenda Canto. (MARTINS, 1994, p.34)

O valor pago não correspondeu à quantidade de terras entregue, assim os indígenas que já iriam se aldear em um espaço considerado pequeno, a situação seria mais grave com quase 100 hectares a menos. Os índios que se aldearam nesse espaço vinham de várias regiões do município, tanto do centro urbano quanto das regiões periféricas e da zona rural.

Com a aquisição da Fazenda Canto, os Xukuru-Kariri puderam se estabelecer e assim resistirem às imposições da sociedade envolvente; a área serviu tanto para a preservação étnica quanto física, no entanto o espaço era insuficiente para lotar todos aqueles indivíduos e foi a partir dessa superlotação que se iniciou o conflito na cidade tendo como principal ponto a disputa pela terra, sobretudo com as retomadas que se iniciam em 1979.

O século XX foi marcado, então, por um emaranhado de ações protagonizadas pelos Xukuru-Kariri, momento no qual eles passam a reivindicar e a retomar seus territórios como afirma Peixoto.

A partir da década de 80 do século XX, os Xucuru-Kariri passaram a se organizar politicamente para reivindicar direitos a demarcação e a tratamento diferenciado no estado, fato que acentuou o conflito pré-existente com o não índio, especificamente com os políticos e fazendeiros locais e com isso, o toré foi sumindo das praças da cidade à medida que os índios diminuíram as visitas a cidade e os não índios, por sua vez foram evitando promover atividades públicas que congregassem a participação indígena.” (PEIXOTO, 2013, p.25)

Assim, esse processo de mobilização indígena incentivou o conflito principalmente fundiário no Município, entretanto não impediu que os indígenas atuassem no processo de retomadas da Mata da Cafurna. Parte do território onde atualmente habitam os Xucuru-Kariri foi inicialmente retomado em 1979, partindo da iniciativa de índios da aldeia Fazenda Canto; até então as terras estavam sob a posse de latifundiários e da prefeitura de Palmeira dos Índios que havia doado a área para a construção da Fundação Educacional Monsenhor Tobias¹⁰. Contrários a tal decisão, os indígenas se mobilizaram e retomaram a região, pois a mata que seria destruída possuía um significado milenar, por se tratar do espaço onde se realiza o ritual do Ouricuri.

Nesse processo de retomada, os indígenas passaram por momentos turbulentos, pois não dispunham de água, comida e não haviam construções para que pudessem se alojar. Tal situação obrigou-os a encontrar abrigo à sombra de uma jaqueira que se tornou símbolo da resistência e da reivindicação dos Xukuru-Kariri.

Como as terras obtidas eram poucas e destas, boa parte era formada pela mata, tão prezada pelos indígenas, novas retomadas foram realizadas; a segunda, se deu em 1986 e implicou em uma área de 154 hectares. Essa ação não congregou índios de outras comunidades, envolveu apenas os da Mata da Cafurna. O espaço dessa contenda estava sob a posse do comerciante Everaldo Garrote que considerava o preço de Cr\$: 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) irrelevante; com a morte do comerciante, três anos depois, a viúva recebeu o dinheiro (em juízo) e concluiu a transação. A terceira retomada, realizada em 1994, compreendeu as terras da Mata da Jibóia, 154 hectares que estavam de posse do Sr. Hélio Alves. (MOREIRA, PEIXOTO e SILVA, 2010). Essa ação contou com a participação de índios de outras etnias, como os Xocó, Karapotó, Pankararu e Xukuru de Ororubá.

¹⁰ Fundação que prometia a criação de uma Faculdade Japonesa na Mata da Cafurna.

Em seguida, mais duas retomadas se sucederam, a quarta aconteceu em 2002, envolvendo uma área que estava sob a posse do Sr. Rui Guimarães; por problemas internos, falta de apoio da FUNAI, além do cansaço dos índios, esta ação não surtiu efeito e o posseiro conseguiu reintegração de posse. A quinta e última retomada ocorreu em 2008 e, como principais protagonistas, destacaram-se os jovens da aldeia que reivindicavam dois lotes de terras que estavam nas mãos de não índios, Dona Vandete e Gel de Amarílio. A intensão era retomar esse espaço para a construção de casas para as novas famílias que se formavam. (MOREIRA, PEIXOTO e SILVA, 2010). A construção das casas só veio se efetivar em 2015, graças às reivindicações dos indígenas que pressionou o Governo Federal que atendeu partindo do projeto de construção de moradias rurais.

Terras foram retomadas regadas por pressões, ameaças, avanços e retrocessos, mas que no fim seus objetivos foram parcialmente alcançados, pois o território indígena foi ampliado e possibilitou, em parte, melhores condições de subsistência aos Xukuru-Kariri principalmente por ampliar a área destinada a agricultura e a pecuária; entretanto, considerando o crescimento populacional ocorrido com os nascimentos e com a chegada de novas famílias, o território agricultável continua insuficiente, o que justifica as reivindicações pela demarcação de suas terras.

2.1 Demarcação: necessidade, conflitos e morosidade

A demarcação das terras dos Xukuru-Kariri é o principal motivo dos conflitos na localidade. Uma das justificativas desses embates é a tese de que não há mais indígenas na região. Ao tempo em que parte da população nega a existência de indígenas no Município, o relatório circunstanciado do antropólogo Douglas Carrara apresenta o argumento de que a presença dos Xukuru-Kariri é anterior à formação da cidade.

[...] Podemos concluir que os índios Xukuru-Kariri ocupam permanentemente a área em estudo, pelo menos desde o ano de 1762, sendo reconhecidos como índios durante todo esse período, conforme atestam os inúmeros documentos disponíveis, desde documentos emitidos por autoridades eclesíásticas e até mesmo por autoridades civis nomeadas para administrar a aldeia indígena existente nas terras de Palmeira dos Índios. (CARRARA, 2014, p. 61).

Para a efetivação desse processo demarcatório os indígenas tomam como principal ponto a delimitação do antigo aldeamento instaurado em 1822, que definia que uma légua (3.000 braças ou 12.320,00 ha.) fosse demarcada e entregue aos indígenas, no entanto os

pontos que indicavam essa demarcação foram arrancados e na atualidade existe uma negação em face dessa proposta.

Segundo esse aspecto, Maninha Xukuru-Kariri¹¹ enfatizou em um de seus depoimentos.

A nossa terra, é uma terra que foi demarcada em 1822, na época já através de uma ação judicial, no entanto essa demarcação não significou a apropriação do meu povo na terra né, o meu povo continua sendo expulso mesmo após ser demarcada e hoje no centro dessas terras tem a cidade de Palmeira dos Índios [...] e isso tem dificultado enormemente né a nossa relação com o poder municipal e como é uma cidade assim de considerado de um porte grande, importante para Alagoas também nossa relação com o Estado, com os poderes estaduais, econômico e político então temos uma relação bastante conflituosa. (MANINHA XUKURU-KARIRI, 2010)

O que se percebe nesse relato é que desde 1822 os indígenas passam a ter juridicamente o direito a essa terra, entretanto esse direito não se efetivou, uma vez que os Xukuru-Kariri permanecem sendo desapropriados e expulsos desses espaços. Vale ressaltar que essa relação conflituosa entre os índios, o município e o estado se reproduz porque são esses políticos que fazem parte do grupo de indivíduos que contestam a demarcação, por possuir terras nessas delimitações.

É necessário levar em consideração que antes mesmo da demarcação de 1822, os indígenas já possuíam direitos a essa terra; o regimento de 1680 estabelecido a partir dos esforços do jesuíta Antônio Vieira¹² que buscava junto com a coroa portuguesa o fim da escravidão indígena e acrescentava que os índios estavam isentos do pagamento de impostos e que eram os primários e naturais senhores dessa terra (OLIVEIRA e FREIRE, 2006).

Se havia a declaração de que os índios eram os primários e naturais senhores dessa terra então os europeus eram invasores, no entanto ao longo da história dos indígenas esses direitos foram regredindo e se extinguindo, deixando os indígenas renegados a uma situação de exclusão e de omissão.

Seguindo esse aspecto os Xukuru-Kariri merecem a legalidade da posse territorial, contudo mesmo com essas afirmativas, os Xukuru-Kariri permanecem com a negação as suas terras, necessitando que haja um longo processo de reconhecimento étnico, cultural e histórico a partir da análise de grupos de estudos que visam expor e caracterizar a presença e o direito histórico a demarcação e ao território. E, assim quebrar com a concepção de que a extensão

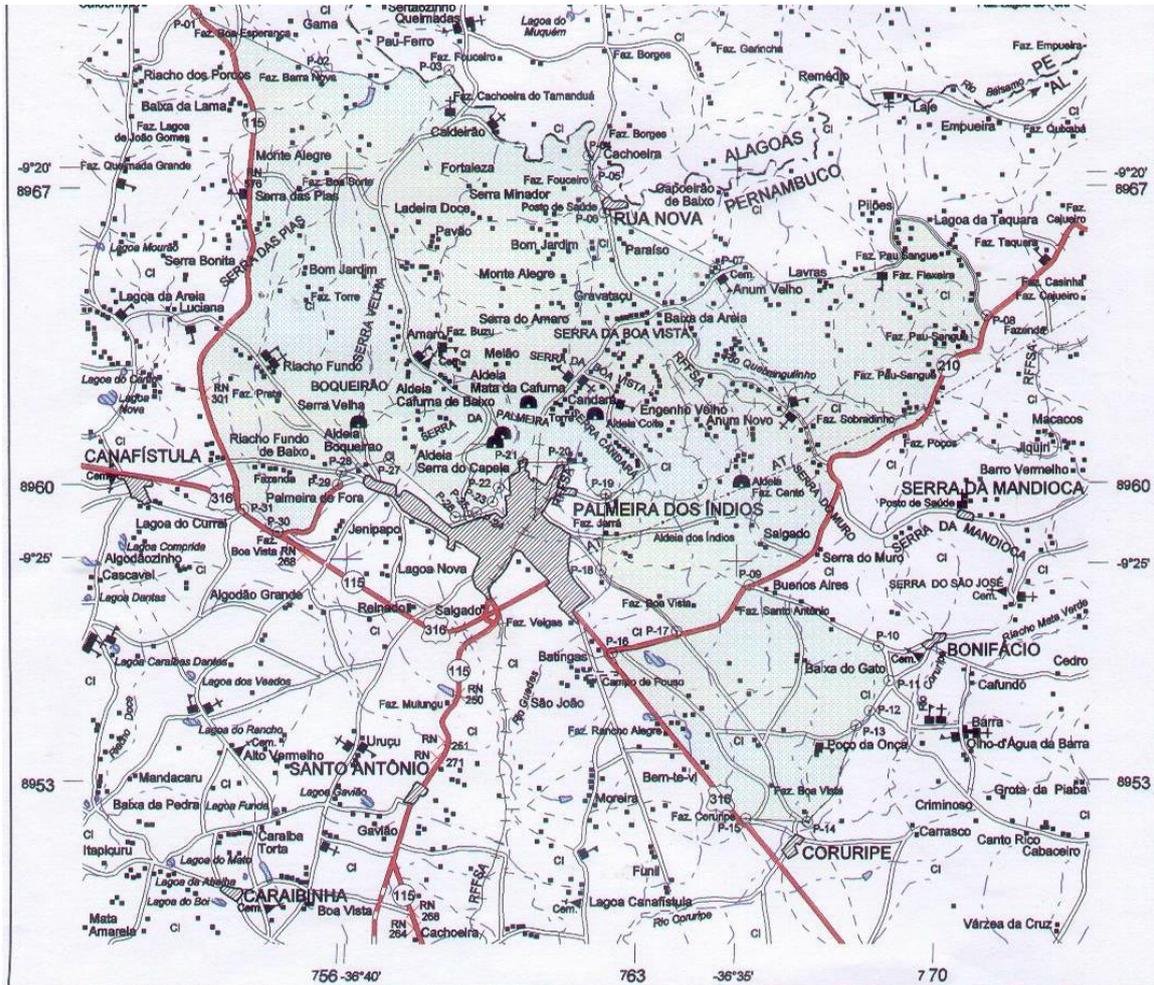
¹¹ Índia Xukuru-Kariri que foi referência dos movimentos sociais indígenas.

¹² O jesuíta Antônio Vieira esteve ao lado do Padre Manoel da Nobrega no processo de catequização dos nativos e foi um defensor dos indígenas, criticando a escravização e a inquisição.

territorial é ampla, pois se levarmos em conta a presença histórica indígena, Palmeira dos Índios deveria ser entregue em sua totalidade aos Xukuru-Kariri.

A imagem a seguir exprime o espaço a ser demarcado, juntamente com a localização de cada aldeia. Essa extensão é de suma importância para os Xukuru-Kariri que necessitam do espaço para realizar seus rituais, agricultura e pecuária, além de normatizar o território.

IMAGEM 02: Mapa da Delimitação das Terras Indígenas



SINAIS CONVENCIONAIS	
	TERRA INDÍGENA DEMARCADA
	POSTO INDÍGENA, CAMPO DE POUSO
	ALDEIA INDÍGENA, ESCOLA
	CEMITÉRIO, IGREJA
	PONTO DIGITALIZADO, DIREÇÃO DE CORRENTE
	PLACA INDICATIVA, CASA
	RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
	RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
	RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM, CAMINHO
	RIO PERMANENTE, RIO INTERMITENTE
	LAGO OU LAGOA, TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
	LIMITE ESTADUAL, LIMITE MUNICIPAL

 <p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF</p>			
DENOMINAÇÃO:		PLANTA:	
TERRA INDÍGENA XUKURU-KARIRI		DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO:		SUPERFÍCIE:	PERÍMETRO:
PALMEIRA DOS ÍNDIOS		15.635 ha	81 km
ESTADO:	ADM. REGIONAL	ESCALA:	DATA:
ALAGOAS	MCZ	1:150.000	20/08/03
PROCEBIO:		BASE CARTOGRÁFICA:	
		MI-1523	
RESP. DEFINIÇÃO DOS LIMITES:	RESP. IDENT. DOS LIMITES:	VISTO COORD. GERAL DA CGD:	PORTARIA:
DOUGLAS CARRARA ANTROPOLOGO	MARCELO M. ELIAS DE ALMEIDA ENG. AGRIMENSOR CREA 72.172/D-1/6	MANOEL FRANCISCO COLOMBO ENG. AGRIMENSOR CREA 94.869/D-8/P	PORT. N.º 178/PRES/03

Fonte: <http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>.

A elite de Palmeira dos Índios defende que a extensão territorial é ampla e que merece ser repensada, pois acarretará em atraso para a cidade, esse espaço foi delimitado após o estudo de Douglas Carrara em 2002 e que foi redefinido em 2008 após a proposta de Siglia Zambrotti Doria, nesse processo é interessante destacar como se dá o procedimento para a delimitação dessas terras.

O procedimento para a demarcação se inicia com a seleção de um grupo técnico (GT) composto por antropólogos e engenheiros agrônomos que por meio da observação das condições econômicas, sociais e culturais dos indígenas, identificam e propõem uma quantidade de terras que serão delimitadas e, por conseguinte serão demarcadas, no entanto os três últimos relatórios apresentam uma divergência na dimensão proposta. Seguindo o quadro produzido por Neves (2013), houve uma diminuição de quase 30.000 hectares do território Xukuru-Kariri.

Quadro Elucidatório da Demarcação das Terras Indígenas Xukuru-Kariri

Propostas oficiais de demarcação	Laudos Antropológicos da FUNAI	Ano	Antropólogo Responsável	Diminuição do território XK
1 ^a	36.000 ha	1990	Silvia Aguiar Carneiro	28,967 ha
2 ^a	15.000 ha	2002	Douglas Carrara	
3 ^a	7.073 ha	2008	Siglia Zambrotti	

Fonte: NEVES, 2014.

O laudo de identificação e delimitação produzido por Siglia Zambrotti Doria, em 2008, que definiu 7.073 hectares de terras (6.927 somados com as terras já ocupadas) foi homologado pelo Ministério da Justiça em 2010, o juiz federal titular da 8^a Vara Federal em Arapiraca, Antônio José de Carvalho Araújo até determinou que no prazo de seis meses a União Federal em conjunto com a FUNAI deveriam demarcar as terras Xukuru-Kariri; o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) também foi acionado para executar os procedimentos cabíveis no processo de reassentamento desses não índios que ocupavam o território, nos termos da Portaria do Ministério da Justiça nº 4.033, de 15/12/2010 e caso não houvesse o cumprimento do prazo pré-estabelecido o magistrado decretou o pagamento de multa de R\$ 5.000, 00 reais por dia de atraso, em outras fontes esse valor apresenta uma discordância sendo diminuído para R\$ 2.000, 00 reais.

Mesmo tendo estabelecido todos esses termos não houve avanços no processo, o que acaba prejudicando o grupo étnico que permanece sem terras suficientes para produzir seus alimentos e criar seus animais necessários a seu sustento. O próprio Juiz afirmou

As dificuldades práticas de sobrevivência encontradas nos espaços territoriais exíguos e insuficientes para a sua reprodução física e cultural têm levado esse grupo étnico a empreender, ao longo dos últimos 30 anos, ocupações forçadas de fazendas vizinhas aos aldeamentos, além de disputas internas ao grupo, com episódios de violência extrema incluindo homicídios. (TRIBUNA DO SERTÃO, 2015)

E são por esses motivos que existe a necessidade urgente de demarcar esse território, pois a terra é de suma importância para a continuidade étnica desses grupos. A não efetivação da demarcação confirma a insegurança jurídica em que os indígenas tem que enfrentar para se tornar concreto o que define a Constituição de 1988.

2.2 O sentido da terra para os Xukuru-Kariri

A terra é vista pelos índios, diferente do que pensam os posseiros, não apenas com um olhar econômico, mas como seu próprio ser. Tal sentimento é defendido por Silva, ao afirmar que:

Para os índios Xucuru-Kariri, a terra é muito mais que uma simples propriedade, que uma coisa que pode ser manipulada a qualquer instante, de acordo com os interesses individuais de seus membros; para os Xucuru-Kariri, assim como os demais povos indígenas, a terra representa o seu próprio modo ser/estar no mundo, ou seja, é impossível uma cosmovisão Xucuru-Kariri destituída da presença da terra, dessa alteridade essencial para o processo de constituição do povo Xucuru-Kariri. (SILVA, 2004, p. 9)

O território passa a ser tratado a partir de um sentido simbólico religioso, discutido por Haesbaert (2007) como sendo o território construtor de identidade, carregado de valores materiais, religiosos, éticos e afetivos. Por essa razão, para os índios, o acesso a terra não se limita a uma visão econômica, mas também a um nível simbólico. O “território, para o índio, é ao mesmo tempo um espaço de reprodução física, de subsistência material, e um espaço(sic) carregado de referências simbólicas, veículo de manutenção de sua identidade cultural” (HAESBAERT, 2007, p, 67).

A importância da terra para os Xukuru-Kariri pode ser percebida em vários aspectos de sua vivência, pois é através dela que retiram o seu sustento físico e espiritual, é nessa terra

que estão “plantados”¹³ seus antepassados que lhes transmitem forças para enfrentar as adversidades do dia a dia. Na visão do professor universitário Casé Angatu Tupinambá, “não erámos e nem somos donos da terra... nós somos a terra e por isto possuímos as forças de nossos Encantados e Ancestrais”.¹⁴

A última frase enfatiza claramente a importância do território da Mata da Cafurna para os Xukuru-Kariri e porque não podemos compreender o índio separado dela, pois é essa terra que marca a construção histórica de seu povo. Segundo uma índia Xukuru-Kariri “a terra é nossa mãe, ela que nos pariu. Terra para os índios é fonte de vida e não de enriquecimento. O índio quer a terra para preservar e não para matar como querem os latifundiários”¹⁵. Diante disso, a maior reivindicação dos índios é a restituição desse território que lhes foi tirado da forma mais injusta, e com essa obtenção oferecer um futuro próspero para suas famílias, de modo que seus descendentes possam desfrutar de um destino no qual não seja tão forte o olhar preconceituoso e excludente da sociedade que habita o entorno da aldeia.

Perceber a atuação desse povo em prol da consolidação dos seus direitos com base na Constituição¹⁶, principalmente a busca por demarcação é ir de encontro e refutar a tese de inferioridade disseminada durante um longo período pela historiografia, pois o índio passa a ter voz e a utilizar o dom da fala para discutir seus interesses. Segundo Montenegro “a fala é um instrumento decisivo para as populações pobres, que vivem a radicalidade cotidiana do ‘não ter’” (MONTENEGRO, 2013, p.38) e nessa concepção há um conflito nos discursos entre a classe que pretende dominar e expandir sua visão e os subordinados que resistem a essas falas e estabelecem uma posição contrária a essa imagem que é disseminada.

É nessa concepção que a elite de Palmeira dos Índios, detentora do poder cultural e econômico que se empenha em silenciar as vozes dos indígenas que clamam por demarcação. Para isso, usa as redes sociais, o rádio e os jornais locais, além de organizar movimentos para disseminar uma visão distorcida sobre a questão territorial do Município e a demarcação, denominando o processo de injusto e irresponsável.

¹³ Os Xukuru-kariri acreditam na separação entre corpo e alma e que esta volta para outro ciclo de vida; para eles o corpo é a semente e será a partir dessa semente que novos guerreiros surgirão para continuar a labuta em prol de seu povo.

¹⁴ Fala proferida através de conversas estabelecidas pelas redes sociais.

¹⁵ Pronunciamento realizado no Congresso Integrado de Inovação e Tecnologia – Caiite 2016.

¹⁶ Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 afirma que devem ser “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Segundo a versão de um dos políticos do Município, sobre a demarcação das terras indígenas em Palmeira dos Índios.

A demarcação foi realizada sem nenhum critério técnico, ao bel prazer da FUNAI, e o Município tem muitas razões para estar tranquilo, até porque o STF há pouco publicou novas regras, que não se pode demarcar terras como terras indígenas, aquelas que não estão sendo ocupadas por indígenas até a promulgação da Constituição de 1988 e, em Palmeira dos Índios, de toda essa demarcação que foi feita, não existe uma propriedade sequer invadida por indígena antes 1988, ou seja aquelas que foram invadida após 1988 ela não pode ser demarcada como terra indígena, então já é lei, já é regra, e essa decisão do juiz que eu não sei qual é, não se sustenta e o Município vai a luta. (MINUTO PALMEIRA, 2015)

Um desses movimentos organizados pelos latifundiários e políticos ficou denominado de “Palmeira de Todos”, foi realizado em Palmeira dos Índios no dia 20 de agosto de 2013, dia da comemoração da emancipação política do município. Esse movimento é caracterizado com a ausência de ideologias políticas e partidárias, no entanto existe uma contradição, pois boa parte dos integrantes são a elite política e a população de classe média alta detentora de grandes propriedades de terras que tinha como objetivo impedir o processo de demarcação e buscar convencer a população, com ênfase nos pequenos proprietários de terras, a apoiá-los nessas investidas de paralisar tanto o processo de homologação do território como paralisar as atuações indígenas com a desculpa de que a economia local ficaria estagnada, contrariando o fato de que boa parte do que é comercializado no Município é procedente das aldeias.

O Antropólogo Ivan Farias em reunião na Assembleia Legislativa que discutia o processo demarcatório ressaltou “essa é uma questão ultrapassada. Em Alagoas, os índios Tingui-Botó do município de Feira Grande são os maiores produtores de batata doce do Estado. Na cidade de Joaquim Gomes, a produção de mel pelos Wassu Cocal é reconhecida nacionalmente”, dessa forma percebemos que a participação indígena na economia de Palmeira dos Índios e do Estado de Alagoas é bastante significativa e merece ser enaltecida e não negada pela população local.

Um fator preponderante é que os alimentos originários das aldeias são orgânicos não prejudiciais a saúde, o excedente é vendido na feira, no entanto quando percebem que são produções indígenas muitos indivíduos não índios preferem não efetuar a compra em decorrência da visão estereotipada que prevalece no município.

Outro discurso que permeia a cidade é que os índios querem muita terra e que se houver a demarcação como solicitada, os índios irão tomar todo o espaço em que é realizado o

comércio, contudo, os próprios índios da Mata da Cafurna abrem mão desse espaço para não comprometer o desenvolvimento da cidade.

Os líderes da Mata da Cafurna sugerem que a cidade de palmeira dos Índios ficaria “intocável podendo se expandir”, e todos os imóveis que se limitam com a Mata da Cafurna e a Fazenda Canto seriam desapropriados. Parte dos lotes urbanos pagariam imposto territorial aos índios e aqueles inferiores a dez tarefas ficariam isentos. A arrecadação dessa cobrança de imposto “seria entregue ao órgão tutor para que este, administrasse os bens da comunidade de maneira controlada assistindo totalmente o índio”. (PETI, 1993, p.68.)

Mesmo tendo essa visão de excluir a cidade do processo demarcatório, o município apresenta um grande conflito fundiário tendo como principais sujeitos os índios e os grandes proprietários de terras que também são, na sua maioria, líderes políticos da região. A demarcação é um direito que deve ser efetivado e não contestado, uma vez que juridicamente e constitucionalmente está declarado. Em meio a tantos projetos da elite fundiária e política palmeirense que visa à anulação dos indígenas na região, estes se mostram resistentes e atuantes, elaborando movimentos, organizações que os qualificam não apenas como vítimas, mas como sujeitos ativos na construção de sua História.

CAPÍTULO III
LEVANTEM AS CORTINAS!
OS XUKURU-KARIRI EM CENA

Os Xukuru-Kariri mesmo estando inseridos em um contexto de negação e às vezes de silenciamento, entram em cena e se mostram cada vez mais possíveis de luta. O protagonismo indígena parte da perspectiva de como esses grupos se articulam e promovem movimentos para mobilizar seu próprio grupo juntamente com a população envolvente.

Perceber o sentido de protagonista como sendo a personagem de uma cena, não é pensar o índio apenas como um ator principal de uma novela, peça de teatro ou filme, mas como um indivíduo que percebe o meio que está inserido e através de sua interpretação questiona o espaço, as relações e a vivência de seu povo e assim busca estabelecer modificações.

Na perspectiva de Poliene Bicalho o protagonismo indígena é evidenciado com o Movimento Indígena no Brasil, principalmente pós 1988,

O significado do termo protagonismo foi estendido aos atores sociais e políticos atuantes em diversos setores da sociedade civil – ONGs, movimentos sociais, organizações, instituições, etc. – que surgiram com o desafio de evidenciar setores marginalizados em razão de sua condição econômica, social, racial e cultural. (BICALHO, 2010, p. 19)

Os indígenas fazem parte desse grupo de indivíduos que presenciou e foi ‘vítima’¹⁷ de um processo de exclusão socioespacial, pois foram despojados de seus territórios, bem como das relações sociais com os não índios, visto que a imagem cristalizada do índio como inferior e impresumível acarretou nessa distinção entre esses grupos que não devem se misturar.

Nesse processo de trazer o índio como sujeito político e consciente de suas ações, deve-se destacar a ideia de Movimento Indígena conceituado pelo Doutor em Antropologia social Gersem Luciano, do povo indígena Baniwa, como “um conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos” (LUCIANO, 2006, p. 59).

Juntamente com a ideia de Movimento Indígena é interessante dar uma noção sobre o que seriam as organizações indígenas que favorecem essas articulações. Para Baniwa,

¹⁷ As aspas foram utilizadas a fim de representar que os índios ao mesmo tempo em que foram vítimas do impacto da colonização e do contato com os não índios, eles não podem ser reduzidos a uma vitimização, e sim serem percebidos como indivíduos resistentes.

“Organização Indígena é a forma pela qual uma comunidade ou povo indígena organiza seus trabalhos, sua luta e sua vida coletiva” (LUCIANO, 2006, p. 61)¹⁸, e a partir dessa organização ou organizações os índios têm a possibilidade de definir estratégias e objetivos a serem alcançados.

Essas estratégias e ações são caracterizadas pela forma que esses grupos propõem mudanças no seu contexto de vida e executam ações que envolvem caminhadas, fechamento de rodovias, elaboração de assembleias e projetos que possam proporcionar uma nova realidade tanto econômica quanto social a esses povos, que vivem movidos pelo desejo de ter seus direitos jurídicos reconhecidos como preconiza a Constituição Federal de 1988.

É necessário acrescentar que essa conjuntura de reivindicações e resistências é caracterizada por um universo violento, onde há casos de derramamento de sangue e omissões, muitas lideranças tiveram que pagar com a vida a tentativa de efetivar seus direitos principalmente em relação à regulamentação fundiária com o processo demarcatório. Alguns exemplos podem ser apresentados aqui como o assassinato do cacique Xicão, líder do povo Xucuru de Ororubá (Pesqueira Pernambuco) que foi morto no dia 20 de maio de 1998, e a líder Maninha Xukuru-Kariri que durante sua vida batalhou por uma saúde e uma educação indígena de qualidade e por omissão do poder público morreu esperando atendimento na porta do hospital.

Dessa maneira, percebemos que são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos indígenas, além de terem que viver com a dor da perda de um parente, eles buscam manter os direitos já conquistados e ainda propõem novos embates, segundo Baniwa.

A principal dificuldade dos povos indígenas é manter e garantir os direitos já adquiridos, além de lutar por outros direitos que ainda precisam ser conquistados para consolidar a perspectiva étnica de futuro, enterrando de vez a ameaça de extinção desses povos.

Por fim, o grande desafio dos povos indígenas é como garantir definitivamente e em determinadas condições sociojurídicas ou de cidadania o seu espaço na sociedade brasileira contemporânea, sem necessidade de abrir mão do que lhe é próprio: as culturas, as tradições, os conhecimentos e os valores. (LUCIANO, 2006, p. 84-85).

Muitos indígenas preferem se resguardar e evitar combates diretos utilizando-se de outros modos para reivindicar seus direitos, apropriando-se dos meios de comunicação como a internet para disseminar suas perspectivas e realidades sociais, bem como informar ao povo sobre a regulamentação fundiária e suas propostas.

¹⁸ O conceito de luta não pode ser aplicado ao povo Xukuru-Kariri, pois os embates não se efetuaram diretamente e sim de forma silenciosa e camuflada.

3.1 A internet como instrumento de propagação da causa

A internet é uma importante ferramenta para promover a interação entre grupos e disseminar informações, uma vez que possui um alcance maior e em menos tempo, atingindo um grande contingente de indivíduos e grupos ao mesmo tempo em que permite uma dinamização de informações, favorecendo a troca de experiências, de reflexões e discussões.

Mesmo suscitando o papel da internet como veículo midiático de grande valor para a mobilização, ela também é vista como parcial, bem como o documento, os jornais e as fotografias que podem carregar um alto nível de aspectos e olhares subjetivos, eles não podem ser considerados um espelho da realidade e sim apenas como uma reprodução que precisa ser questionada como afirmou Marc Bloch (2001), pois os documentos são vestígios que não falam por si só, eles precisam ser interrogados e apenas vão responder às perguntas que lhes forem feitas.

Partindo desse aspecto, os Xukuru-Kariri buscam através de blogs, sites e grupos ligados as redes sociais divulgar as suas ações e ainda, dessa forma, mobilizar a sociedade para participar ou apoiar às suas reivindicações. Um dos blogs com esse propósito é o denominado “Campanha Xukuru-Kariri” que traz uma carta expondo a visão dos indígenas sobre esse processo lento de demarcação, juntamente com a proposta de informar a população sobre a sua real situação. No trecho a seguir observa-se o tom de denúncia do citado blog, o que mostra o protagonismo dos Xukuru-Kariri na condução das suas vidas.

Nós da Etnia Xukuru Kariri viemos tornar público o desrespeito que vem acontecendo com o nosso Povo, uma vez que políticos, fazendo uso abusivo da política, latifundiários e empresários têm usado os meios de comunicação para invisibilizar nossa luta, incitando à violência na sociedade contra a demarcação de nosso território tradicional. Os mesmos têm ocultado e distorcido a verdade.
(CAMPANHA XUKURU-KARIRI, 2013)

Nessa afirmativa, os Xukuru-Kariri se veem diante de uma perspectiva que os coloca como invisíveis, principalmente através dos meios de comunicação, nesse caso, existem no Município de Palmeira dos Índios três emissoras de rádio que são propriedades dos políticos, detentores de parte das terras a serem demarcadas. Tais veículos de comunicação vêm sendo usados para disseminar uma ideia da demarcação como um atraso para cidade e para o município, bem como uma teoria do índio como sem direito.

O protagonismo e a atuação dos Xukuru-Kariri se apresentam quando suas produções agrícolas são vendidas nas feiras da cidade, quebrando com o pressuposto de índio como

preguiçoso e ao mesmo tempo questionam as produções e conservações dos fazendeiros. Segundo eles,

Somos acusados de atrasar o progresso do município. Como? Pois, preservamos 200 hectares de mata atlântica e 300 hectares de caatinga, Rios e nascentes dentro de nossas aldeias. Produzimos mais de 70% da banana que é vendida na feira livre de Palmeira dos Índios, macaxeira, batata, frutas, hortaliças, além da produção e conservação das sementes crioulas. Criamos pequenos animais, como aves, cabras e suínos. Fornecemos alimentos agroecológicos para o programa do governo federal PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, com Doação Simultânea, além do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, ampliando assim o abastecimento de uma alimentação saudável a população do município de Palmeira dos Índios. E os fazendeiros produzem e conservam o quê? (CAMPANHA XUKURU-KARIRI, 2013)

Existe na cidade um comércio do excedente cultivado na aldeia, no entanto algumas pessoas quando descobrem que são produções de indígenas preferem não efetuar a compra exprimindo dessa maneira o preconceito latente na região, todavia demonstram a importância do trabalho indígena, principalmente por oferecer alimentos saudáveis para as escolas através do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e para a população que adquirem produtos naturais e de retorno para a natureza, pois a terra para os índios deriva-se de um sentimento materno.

Sobre o processo de demarcação a carta publicada no já citado blog traz a seguinte afirmação,

O processo de demarcação vem atender a um direito originário dos Povos Indígenas, que lhes é garantido na constituição federal de 1988 e assegurado pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT assinado pelo estado Brasileiro em 2004. Com isso, a Portaria declaratória nº 4.033 de 14 de dezembro de 2010 garante e reconhece a tradicionalidade de uma área 7.033 ha. Neste contexto a FUNAI órgão do Governo Federal atendendo uma demanda histórica de nosso Povo, deu início ao processo de regularização fundiária Xukuru Kariri, no entanto devido ao clima de terror e ameaças instaurado pelos políticos locais, a FUNAI atendendo aos conchavos políticos partidários, suspendeu as atividades, retirando o grupo técnico, responsável pelo levantamento fundiário, o que paralisou os trabalhos de levantamento de vistoria e avaliação de benfeitorias construídas por ocupantes não índios na terra indígena, através do simples memorando de nº876/DPT/2013 do diretor de proteção territorial - substituto. (CAMPANHA XUKURU-KARIRI, 2013)

Uma das formas visíveis do protagonismo indígena é a capacidade desse grupo perceber e conhecer juridicamente seus direitos; um dos motivos das mobilizações indígenas darem certo é a forma como esses grupos compreendem, de acordo com a Constituição de 1988 os seus reais direitos e, por meio desse entendimento, reivindicam assistência médica, social e educacional.

Além do blog “Campanha Xukuru-Kariri” há o grupo vinculado ao facebook denominado de “Amigos Xukuru-Kariri” que compartilha e dissemina alguns de seus apontamentos sobre a questão territorial como demonstrado na imagem a seguir.

IMAGEM 03: Grupo Amigos Xukuru-Kariri



Fonte: www.facebook.com

Esse é a página do grupo do facebook que traz como foto de capa a mobilização Xukuru-Kariri com um cartaz da imagem de Maninha Xukuru-Kariri; esse grupo tem como propósito compartilhar imagens, discursos, eventos e ainda interagir diretamente com a sociedade mundial, uma vez que grande número de pessoas possui perfil em redes sociais.

Juntamente com o blog Campanha Xukuru-Kariri e o grupo do facebook, existem outros sites que contribuem para a disseminação das ideias, reivindicações, ações, propostas e eventos dos povos indígenas, estes sites não são totalmente ligados aos Xukuru-Kariri, mas trazem abordagens relacionadas a eles. A imagem a seguir traz o site Índios Online que propagamos pensamentos, as discussões e as notícias que envolvem diversos grupos étnicos.

IMAGEM 04: Site Índios Online



Fonte: <http://www.indiosonline.net/>

O portal Índios Online apresenta um diálogo intercultural, fazendo uma explanação a respeito das notícias sobre as populações indígenas, o que facilita a comunicação e a interação entre os grupos étnicos que compartilham, na sua maioria, de um complexo contexto de reivindicação.

A imagem a seguir apresenta o site Índio Educa que traz um apanhado sobre a cultura, costumes e o índio na atualidade, partindo da ótica dos próprios indígenas e assim contribui para que a história desses grupos seja exposta de forma a visibilizar suas características e vivências.

IMAGEM 05: Site Índio Educa



Fonte: <http://www.indioeduca.org/>

Nesse site há uma explanação sobre diversas análises que fornecem um grande suporte teórico e metodológico para estudar e inserir a História indígena na sala de aula; há um espaço com métodos e temas para auxiliar o professor no processo de ensino-aprendizagem sendo uma excelente ferramenta para discutir a questão do preconceito para com os grupos indígenas.

Diante dessas perspectivas, a internet se tornou um meio que facilitou a disseminação e a ampliação de uma visão mais positiva, além de expor a integração do índio com a tecnologia, tentando quebrar com a percepção de que ele não pode e nem deve ter acesso à internet, permanecendo no passado e ainda caracterizar a capacidade desses povos de se articular e expor a sua versão da História. A imagem do índio na atualidade foi ressignificada e partiu de uma escolha dos próprios indígenas em assumir características e se apropriar de um contexto moderno, como a internet, para se mobilizar.

O protagonismo dos Xukuru-Kariri pode ser percebido também na elaboração do projeto denominado Cara de Índio, criado em 2004, disponível para acesso pela internet, esse projeto partiu da iniciativa de Sarapó Wakonã, índio Xukuru-Kariri da Mata da Cafurna, mas que por falta de melhores condições de vida, moradia e trabalho na aldeia, foi morar em São Paulo. Sair das fronteiras de sua aldeia foi um ato de protagonismo, pois retirar-se de um ambiente familiar em que se possui um vínculo sagrado e se jogar em um mundo que tanto os discrimina foi um ato de coragem, segundo ele

Esse é um novo comecinho de vida para a história do nosso povo, podem tirar um índio da sua tradição, mas nunca conseguirão tirar a tradição de um índio. Nossa aldeia é sagrada, é nosso cantinho encantado e seguro, mesmo distante sempre temos que voltar e respirar o ar puro da floresta, ver as cores vivas das árvores, sentir o seu cheiro de mato e sua energia revigorante. Ser Xucuru Kariri é ser simples e confiante, ser sábio mas saber ouvir, girar o mundo mas sempre voltar pra casa, pra morada dos nossos antepassados, para perto do Lago Sagrado, para a Cafurna. (SARAPÓ WAKONÃ, 2004)

E em meio a essa necessidade de mudar os rumos da história indígena, Sarapó em conjunto com sua esposa, outros índios e alguns professores organizaram esse programa para contribuir no conhecimento sobre as populações indígenas. A imagem a seguir representa a página inicial do site, Sarapó afirma que “esse site tende a ser uma ponte entre a verdade e o falante sem vez de resposta, com isso quero dizer que agora nosso povo vai ter uma voz” (SARAPÓ WAKONÃ, 2004).

IMAGEM 06: Projeto Cultural Cara de Índio



Fonte: <http://www.caradeindio.com.br/>

O objetivo desse projeto é levar a história dos povos indígenas para a sala aula e em contraponto levar o não índio a entender aspectos culturais da aldeia, uma vez que fazem parte de um contexto urbano, em que índio é tido como algo exótico distante de uma realidade concreta e alcançável.

Para Sarapó, “hoje não usamos só o maracá, nós também já usamos caneta e o papel. Pouco mais de quinhentos anos depois, estamos acordando para o mundo, nos unindo cada vez mais, estudando e mostrando nossa CARA DE ÍNDIO” (SARAPÓ WAKONÃ, 2004). É nessa concepção que o índio passa a se tornar visível e capaz de ampliar seus conhecimentos para reivindicar seus direitos, utilizando-se da teoria do não índio para se mobilizar.

O site apresenta um grande acervo de imagens e descrições sobre objetos produzidos pelos indígenas, nesse caso os Xukuru-Kariri e ainda conta com um espaço para a comercialização desses produtos a fim de poder disseminar a cultura e as tradições indígenas para o Brasil e mundo.

A internet, desse modo, exerceu enorme contribuição nessa busca por visibilidade, mas houveram outras formas de mobilização, principalmente após a estagnação do processo demarcatório bem como as novas Propostas de Emenda Constitucional (PECs) que no caso os indígenas são afetados com a PEC 215/2000 que propõe uma retificação no artigo 49 e 231 da Constituição Federal de 1988.

A PEC 215/2000 transfere do poder executivo para o legislativo a palavra final sobre a demarcação do território indígena e ainda estabelece um marco temporal, ou seja, as

populações indígenas que não ocuparam territórios antes de 1988 não terão direitos a esses espaços e dessa forma não leva em consideração as várias desapropriações e violências que os indígenas vinham sofrendo; é um retrocesso que privilegia os grandes latifundiários que são representados pela bancada ruralista no Congresso Nacional.

Perante esses projetos que retrocedem todos os direitos alcançados e provoca a estagnação da obtenção do novo, os índios se organizam e passam a agir racionalmente, elaborando movimentos, mobilizações, passeatas, para assim pressionar o governo, ou seja,

A crença fundamental é de que, ao invés de aguardarem ou solicitarem a intervenção protetora de um “patrono” para terem seus direitos reconhecidos pelo Estado, os índios precisam realizar uma mobilização política própria – construindo mecanismos de representação, estabelecendo alianças e levando seus pleitos à opinião pública. Somente a partir da constituição de um sistema de reivindicações e de pressões é que o Estado viria a agir, procedendo então à identificação e à demarcação das terras indígenas, melhorando os serviços de assistência (de saúde e educação) ou resolvendo problemas administrativos diversos deixados no limbo por muitos anos. (OLIVEIRA, FREIRE, 2006, p. 187)

Nessa análise os índios deixam de ser inocentes e tutelados e passam a ser agentes de sua História, e por meio da pressão e da autogestão desses movimentos é que a interferência estatal e religiosa seria limitada, possibilitando uma consciência e uma própria interpretação de mundo capaz de tornar esses objetivos realizáveis.

3.2 Mobilização, reivindicação e a reescrita da cena

O século XXI vem demonstrando um alto índice de mobilizações indígenas tendo em vista à necessidade de pôr fim a uma ideologia de inferiorização e de se mostrarem como sujeitos ativos, reescrevendo sua história de resistência. Nesse caso, em 2013, os Xukuru-Kariri iniciaram uma Campanha de Regularização do seu Território Indígena Xukuru-Kariri. Tal campanha foi denominada de “Xukuru-Kariri: Vida, Luta e Resistência de um Povo”; esse evento, depois de várias reuniões de articulação e definição de papeis, culminou com a elaboração de panfletos que foram distribuídos em instituições educacionais e entre a população local a fim de apresentarem suas perspectivas, suas mobilizações, suas características culturais, pois uma vez que a população envolvente conhecesse os indígenas e a situação social em que estão inseridos, facilitaria a compreensão e o apoio.

Juntamente com os panfletos, houve confecção e comercialização de camisetas e livros para com esses recursos, adquirirem fundos que viessem suprir as necessidades

cotidianas e auxiliar nas despesas com os processos jurídicos que visam regulamentar a posse das suas terras tradicionais. As imagens a seguir apresentam esses panfletos.

IMAGEM 07: Panfleto do Movimento Indígena – Verso

Por que precisamos de nossas terras demarcadas?

O processo de demarcação vem atender a um direito originário dos Povos Indígenas, que lhes é garantido na Constituição Federal de 1988 e assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, assinada pelo Estado Brasileiro em 2004. Com isso, a Portaria declaratória nº 4.033 de 14 de dezembro de 2010 garante e reconhece a tradicionalidade de uma área de 7.033 ha. Neste contexto, a FUNAI órgão do Governo Federal, atendendo uma demanda histórica de nosso Povo, deu início ao processo de regularização fundiária da Terra indígena Xukuru Kariri.

O decreto 1.775, de 08 de janeiro de 1996, que regulamenta o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, determina no art. 4º, que o INCRA, realize o reassentamento dos ocupantes não índios de boa fé, bem como, a justa indenização pela FUNAI. Dessa forma, os direitos de todas as pessoas, indígenas e não indígenas, são assegurados em lei, como forma de realizar a justiça e promover a paz.

Os povos indígenas precisam de suas terras para exercerem o seu modo de vida tradicional, para plantar, para fazerem seus rituais e para estarem próximos da mata, dos animais e das águas, sempre com muito respeito à natureza.

A demarcação das terras indígenas é um direito constitucional, não pode ser submetido à pressão política!

Conheça a verdade! Pois os que conhecem tornam-se amigos, parceiros e aliados dos Xukuru-Kariri.

Para o desenvolvimento do município, a regularização fundiária do território tradicional Xukuru-Kariri é urgente.

Seja também apoiador nesta luta!

Convocamos a toda sociedade civil e organizada para apoiar a luta pela regularização da terra indígena Xukuru Kariri!

ALIADOS
Ministério Público Federal: ASAAL – Articulação no Semi-árido brasileiro; Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil: ASSAZ – Gestão e Comunicação Integrada; ANAI - Associação Nacional de Ação Indigenista; Comissão Pastoral da Terra; Escola Fé e Política Mambina Xukuru-Kariri; Jornal Voz das Comunidades; Movimento das Comunidades Populares; Movimento dos Trabalhadores/as do Campo; Movimento de Libertação dos Sem Terra; Movimento Sem Terra; Pastoral da Juventude do Meio Popular; Rede de Educação Cidadã; Povos Indígenas: Jiripankó, Kalankó, Kanazau, Katokim, Koispankó, Pankararu, Potiguara, Wassu-Cocai e Xukuru de Ororuba.

Apoio:
Associação Indígena Xukuru-Kariri;
CESE – Coordenadoria Eclesiástica de Serviço;
CIMI – Conselho Indigenista Missionário;
Coletivo amigos/ar Xukuru-Kariri; Coletivo Macambira;
RECID – Rede de Educação Cidadã.

XUKURU-KARIRI: VIDA, LUTA E RESISTÊNCIA DE UM POVO.

Campanha de Regularização do Território Indígena Xukuru-Kariri

"Hoje sabemos o lugar que queremos ocupar na história do país." (Mambina Xukuru-Kariri)

PALMEIRA DOS ÍNDIOS, AL-BRASIL.

Fonte: <http://campanhaxukuru-kariri.blogspot.com.br/>

IMAGEM 08: Panfleto do Movimento Indígena – Frente

QUEM É O POVO XUKURU KARIRI?

Os Xukuru-Kariri vivem em harmonia e livres até a chegada dos não-índios em seu território. Depois de cinco séculos de perseguição, continuam resistindo.

1700 – A Coroa Portuguesa, através do Alvará Régio afirma uma área de 1 (uma) légua em quadra de ocupação tradicional indígena.

1703 – Carta Régia enviada ao Governador da Capitania de Pernambuco confirma o disposto no Alvará Régio de 1700.

1773 – Foi instalada uma missão religiosa para catequisar os índios. Foi a primeira invasão do território indígena, que deu origem à atual cidade de Palmeira dos Índios. Neste mesmo ano, os próprios índios, construíram a Capelinha Senhor Bom Jesus da Boa Morte.

1822 – A terra foi demarcada pelo Diretório Geral dos Índios.

Com a expansão da cidade, as terras indígenas foram invadidas com violência e desrespeito aos direitos do povo indígena. Obrigando-os a viverem em pequenas malocas, privando-os de suas práticas culturais e religiosas. Assim, eles resistem por várias décadas.

Atualmente, os indígenas desenvolvem com sua força e organização no pequeno território que lhes restam, suas práticas e saberes buscando autonomia, lutando pelos seus direitos.

É através da luta, que o povo Xukuru-Kariri, atualmente, ocupa uma área de aproximadamente 1.125 hectares. Com uma população de 3. 217 habitantes.

A luta é pela regularização do território tradicional, que foi reduzido desrespeitosamente para uma área de 7.033 ha, de acordo com a portaria declaratória nº 4.033 de 14 de dezembro de 2010, do Ministro da Justiça.

Tradicionalmente, Os Xukuru-Kariri garantem sua sobrevivência através da agricultura e da criação de pequenos animais, como aves, peixes, cabras, suínos e abelhas.

Produzem mais de 70% da banana que é vendida

na feira livre de Palmeira dos Índios, além, de Igaci, Arapiraca e Pão de Açúcar.

Cultivam macaxeira, mandioca, batata, frutas, hortaliças, bem como, a produção e conservação das sementes crioulas. Toda esta produção é feita de modo tradicional, sem o uso de agrotóxicos e, portanto, sem contaminar a terra, a água e os animais.

Fornecem alimentos agroecológicos para o programa do Governo Federal PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, com Doação Simultânea, e do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, ampliando assim o abastecimento de uma **alimentação saudável** a população do município de Palmeira dos Índios.

Preservam 200 hectares de Mata de característica Atlântica e 300 hectares de Caatinga, rios e nascentes. Ou seja, metade da área ocupada pelos Xukuru-Kariri é preservada.

Foto: Zennus Dynis-CIMI/NE

Destes modo, é a terra indígena a responsável pela absorção do carbono produzido nos centros urbanos. O colapso no abastecimento de água nas áreas urbanas de Palmeira dos Índios só não é mais grave porque a população se beneficia das águas que são preservadas pelos índios Xukuru-Kariri.

Com o crescimento da população indígena é necessário garantir a terra para as futuras gerações. Tudo isso resulta na luta pela demarcação de seu território tradicional que está ocupado por posseiros.

Em 20 de agosto de 2013, Palmeira dos Índios-AL, completou 124 anos de emancipação política. Quase com um século e meio de existência é importante reconhecer a contribuição do povo Xukuru-Kariri para o desenvolvimento do município, no sentido de: **produzir grande quantidade de alimentos saudáveis; preservar as matas, rios e nascentes da região; valorizar os saberes e conhecimentos dos povos originários.**

Fonte: <http://campanhaxukuru-kariri.blogspot.com.br/>

O panfleto traz duas imagens que exprimem as plantações de mandioca e o cultivo de hortaliças que tem como objetivo desconstruir a ótica do índio como o preguiçoso e apresenta

um aspecto da preservação da natureza, colaborando para que os habitantes do Município sejam presenteados com um ar puro e saudável.

Uma frase que precisa ser enaltecida e vem estampada logo abaixo da imagem de Maninha é que “Hoje sabemos o lugar que queremos ocupar na História do país”. Na atualidade os Xukuru-Kariri passam a ter orgulho de serem índios e pertencerem a uma aldeia; eles acreditam que seu papel é construir uma sociedade que aceite as diferenças e diversidades.

O objetivo de tal movimento é alcançar um público maior e que tenham uma mentalidade mais centrada em que o índio não seja apontado como um aproveitador; por esse motivo que a divulgação se efetivou mais claramente nas universidades, pois são nesses espaços que os discursos trilham novos caminhos.

Essa como tantas outras mobilizações não só em Palmeira dos Índios, mas em várias partes do Estado, notadamente nos municípios que possuem terras indígenas tendem a dar uma maior visibilidade aos grupos indígenas favorecendo o reconhecimento étnico e cultural dos Xukuru-Kariri. As contribuições das pesquisas acadêmicas tem proporcionado, também, uma abordagem mais ampla e coerente sobre a História dos índios do Nordeste e de Alagoas, o que possibilita uma nova realidade a cerca das definições com relação aos indígenas. Dessa maneira, os índios passam a ser vistos como protagonistas de sua história, sujeitos de direitos e (re)existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apresentadas nessa pesquisa procuraram responder a um questionamento que parte do título “Coadjuvantes ou Protagonistas?”; os indígenas foram coadjuvantes aceitando as decisões e imposições dos colonizadores ou foram protagonistas tomando as rédeas do seu destino, resistindo e reivindicando a partir de sua compreensão de mundo o seu lugar na sociedade?

Essa é uma pergunta que cabe a cada leitor tirar suas próprias conclusões, pois não existe na História uma verdade absoluta, já que as verdades são múltiplas e subjetivas, no entanto apontarei algumas conclusões possíveis em virtude do que foi mencionado e discutido ao longo dos capítulos.

Notamos que o Município de Palmeira dos Índios é impregnado de estereótipos e negações sobre os Xukuru-Kariri e que por esse motivo disseminam uma visão inferiorizada sobre os indígenas e sobre o processo de demarcação. A região é palco de uma oligarquia política que tende a concentrar as terras nas mãos de uma minoria e dessa forma exclui os índios, confirmando o monopólio territorial que prevalece no Município.

A História dos Xukuru-Kariri foi caracterizada pela expropriação territorial, motivada pelo interesse de uma classe que objetiva a integração e o desaparecimento dos povos indígenas e, diante dessa perspectiva, resistiram de diversas maneiras a partir da dispersão, da invisibilidade e da resignificação cultural, criando uma nova narrativa sobre si, na qual saem da condição de vítimas e de tutelados para a condição de sujeitos ativos de sua História.

Com essas afirmativas, a historiografia passa a representar os índios com uma ótica mais positiva, colocando-os como protagonistas, apresentando-os em novos papéis e novos lugares expandindo seus horizontes e posições perante a sociedade em que estão inseridos.

Utilizando como fontes, nessa pesquisa, os blogs, sites e, principalmente, o Projeto Cultural Cara de Índio, verificamos que os Xukuru-Kariri estão construindo sua História com base em uma realidade que busca descaracterizar a ideologia inferiorizada e mistificada apresentando o avanço da autonomia dos índios na reivindicação e na atuação em busca da efetivação dos seus direitos declarados na Constituição Federal de 1988, não necessitando assim de porta-vozes.

Essa pesquisa esteve preocupada em expor algumas das formas do protagonismo Xukuru-Kariri, no processo de reivindicação pela terra, através das retomadas territoriais, no cultivo agrícola, nos projetos escolares, na disseminação de sua cultura e no uso da internet

como meio funcional de semear novas discussões sobre sua História na formação e ocupação de Palmeira dos Índios e do Brasil.

São, desse modo, protagonistas de sua história, conscientes da realidade em que fazem parte e motivados a continuar expandindo suas concepções a fim de alcançar um público que possa repensar sobre as populações indígenas e entender que ser índio não é sinônimo de atraso ou vergonha. Por fim, acredita-se que essa pesquisa seja bastante pertinente ao meio acadêmico, uma vez que os estudos nessa área são escassos deixando assim o protagonismo indígena invisível aos olhos dos não índios.

A discussão sobre o protagonismo indígena esbarrou em muitas dificuldades, em primeiro lugar porque a temática é vista com um olhar desfavorecido e desmerecido tanto pela sociedade envolvente quanto pelo meio acadêmico que ainda carrega uma visão impregnada de preconceitos não apenas com os próprios índios como por aqueles que estabelecem relações sociais e pesquisas no âmbito.

Outro problema foi causado pelo silenciamento historiográfico e pelos indígenas que se tornam receosos a dar entrevistas e a expor sua vida a um desconhecido, uma vez que muitos pesquisadores e instituições políticas os decepcionaram. A distância entre a aldeia e a cidade dificultou o contato direto com os Xukuru-Kariri, principalmente pela falta de veículos acessíveis e por esse motivo as entrevistas tiveram que serem adiadas para uma pesquisa mais ampla e futura.

Durante a elaboração desse trabalho, houve a necessidade de uma grande dedicação e até isolamento, a fim de fazer um levantamento bibliográfico, das notícias e dos blogs necessários à discussão, bem como a realização das leituras e fichamentos pertinentes para a efetivação do estudo que a cada dia era revisto e necessitado de novas correções, pois uma pesquisa não pode ser considerada acabada, estando em constante modificação e aprimoramento.

Mesmo diante de um emaranhado de dificuldades, essa pesquisa proporcionou uma ampliação no conhecimento do povo Xukuru-Kariri e na perspectiva de um trabalho em larga escala em que se possa expandir o debate dos Xukuru-Kariri como sujeitos ativos na construção de sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu**. 1996. 219f. Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. 2010. 468f. Tese – Universidade de Brasília. Brasília.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- CARRARA, Douglas. **Relatório Preliminar Circunstanciado de Identificação e Delimitação Terra Indígena Xukuru-Kariri/AL**. Disponível em <http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>. Acesso em 22 set. 2016
- DÓRIA, Siglia Zambrotti. **Resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra indígena Xucuru-Kariri**. Brasília: Diário Oficial da União, 20 de out. de 2008, sec.1, p 43-9.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de Território para entender a desterritorialização. In: **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): **Censo Demográfico 2015**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 nov. 2015.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MARTINS, Silvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais**. 154 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1994.
- MARTIUNS, Karl Friedrich Von; RODRIGUES, José Honório. **Como se deve escrever a História do Brasil**. Revista de Historia de América, No. 42 (Dec., 1956), pp. 433-458
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar** 2 ed. 2º Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Huciter, 1980
- MEMMI, Albert. **O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. **Revista de História** 149 (2º - 2003), 109-137.

_____. O Desafio da História Indígena no Brasil. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2º graus.** Org. Aracy Lopes da Silva e Luís Donizete Benzi Grupioni. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 221-236.

_____. Redescobrimos os índios da América portuguesa: antropologia e história. In: AGUIAR, Odílio Alves (Org.). **Olhares Contemporâneos. Cenas do mundo em discussão na Universidade.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 135-142

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada.** 6 ed. 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima. PEIXOTO, José Adelson Lopes. SILVA, Tiago Barbosa da. **Mata da Cafurna - Ouvir Memória, Contar História: Tradição e Cultura do Povo Xucuru-Kariri.** 2º edição. Maceió: Edições Catavento, 2010.

NEVES, Mary Hellen Lima das. **Os Xucuru-Kariri da Mata da Cafurna no Cotidiano de Palmeira Dos Índios: convivendo com a (in)diferença.** 2013. 56f. Monografia – Universidade Estadual de Alagoas, Alagoas.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e Imagens em Confronto: Os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá.** 2013. 140f. Dissertação – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa.

PETI. **Atlas das terras indígenas do nordeste.** Museu Nacional, 1993.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Histórias e Culturas Indígenas”- alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: de qual história e cultura indígena estamos mesmo falando?.** História e Perspectivas, Uberlândia (53): 179-209, jan./jun. 2015.

SILVA, Edson Hely. Povos Indígenas no Nordeste: Contribuição a Reflexão Histórica sobre o Processo de Emergência Étnica. **Revista de Humanidades.** Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V.4 - N.7 - fev./mar. de 2003 – Semestral ISSN -1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme.

SILVA, Maria Ester Ferreira. **A (des) territorialização do povo Xucuru-Kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios – Alagoas.** 2004. Dissertação – Universidade Federal do Sergipe. Sergipe.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando Sentidos: os xucuru-kariri e o serviço de proteção aos índios no agreste alagoano.** Maceió: EDUFAL, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravort. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2010.

SITES E BLOGS

Alagoas em Mapas. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/mapas-de-caracterizacao-territorial/resource/f9f4657f-e0da-47ae-8f02-5a5fff55109e>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Grupo Amigos Xukuru-Kariri. Disponível em <https://www.facebook.com/groups/428120917307419/?fref=ts>. Acesso em: 05 dez.2016.

Povos Indígenas no Brasil. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/>. Acesso em: 21 dez. 2016.

Site Índio Educa. Disponível em: <http://www.indioeduca.org/>. Acesso em: 05 dez. 2016.

Site Índios Online. Disponível em: <http://www.indiosonline.net/>. Acesso em 05 dez. 2016.

Justiça Federal determina posse definitiva de 6.927 hectares aos Xucurus Kariris em Palmeira. Disponível em: <http://www.tribunadosertao.com.br/2015/03/justica-federal-determina-posse-definitiva-de-6-927-ha-aos-xucurus-kariris-em-palmeira/>. Acesso em: 30 nov. 2015.

Terras indígenas: E agora palmeira? 2015. Disponível em: <http://minutopalmeiradosindios.com.br/noticia/3330/2015/03/14/terras-indgenas-e-agora-palmeira>. Acesso em: 01 dez. 2016.

Xukuru-Kariri. Carta do Povo Xukuru-Kariri. Disponível em http://campanhaxukuru-kariri.blogspot.com.br/p/carta-do-povo-xukuru-kariri_6536.html. 2013. Acesso em: 30 nov. 2016.

Xukuru-Kariri, Maninha. Disponível em <https://m.youtube.com>. 2010. Acesso em 30 nov. 2016.

Xukuru-Kariri, Sarapó wakonã. 2004. Projeto Cultural Cara de Índio. Disponível em: <http://www.caradeindio.com.br/>. Acesso em 05 dez. 2016.